



Identidade, interculturalidade e igualdade de diferenças: um olhar a partir das migrações em Angola

Marciele Nazaré Coelho¹

Francisca de Lima Constantino²

Resumo: A partir da identidade, interculturalidade e igualdade de diferenças, o artigo busca dialogar de forma interseccional com tais conceitos na compreensão das vivências de migrantes africanos em Angola. Metodologicamente a abordagem é comunicativa, ou seja, tem como base o diálogo entre participantes e pesquisadores na construção da pesquisa. Por meio de dez relatos comunicativos, destacam-se elementos que se apresentam como obstáculos e elementos transformadores na aprendizagem da língua, na inserção educativa e social e na dualidade entre o estar e pertencer e o não pertencer. Como resultado, identificamos que a interculturalidade, em diálogo com a igualdade de diferenças, contribui para estudos dialógicos sobre as migrações, o que possibilita a compreensão da diversidade e da cultura como plurais e parte da riqueza dos países.

- 1 Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS/Angola), Centro de Estudos Africanos (CEACIS/Angola), Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE/UFSCar) – Talatona – Angola – marcielecoelho@yahoo.com.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9241-9268> – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1325657529731101>.
- 2 Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE/UFSCar) – São Carlos – Brasil – franciscalimaconstantino@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1710-5824> – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6307132797544251>.

Palavras-chave: Interculturalidade, Migração, Identidade, Igualdade de diferenças.

Identity, interculturality and equality of differences: a look at migration in Angola

ABSTRACT: *From the identity, interculturality and equality of differences, the article seeks to dialogue in an intersectional dialog with the concepts for understanding the experiences of African migrants in Angola. Methodologically the approach is communicative and it is based on dialog between participants and researchers in the construction of the research. Through ten communicative reports, we highlight elements that present themselves as obstacles and transformative elements in language learning, education and social insertion and duality between being and belonging and not belonging. As a result, we identified that interculturality in dialogue with equality of differences contributes to dialogical studies on migration, making it possible to understand diversity and culture as plural and part of the richness of countries.*

Keywords: *Interculturality, Migration, Identity, Equality of differences.*

Identidad, interculturalidad y igualdad de diferencias: una mirada desde las migraciones en Angola

Resumen: A partir de la identidad, la interculturalidad y de la igualdad de las diferencias, el artículo busca dialogar de manera interseccional con estos conceptos a fin de comprender las vivencias de los migrantes africanos en Angola. Metodológicamente, el enfoque es comunicativo, es decir, se basa en el diálogo entre participantes e investigadores en la construcción de la investigación. A través de diez relatos comunicativos, se destacan elementos que se presentan como obstáculos y elementos transformadores en el aprendizaje de lenguas, la inserción educativa y social y la dualidad entre ser y pertenecer y el no pertenecer. Como resultado, identificamos que la interculturalidad en diálogo con la igualdad de las diferencias contribuye a los estudios dialógicos sobre la migración, posibilitando la comprensión de la diversidad y de la cultura como plurales y parte de la riqueza de los países.

Palabras-clave: Interculturalidad, Migración, Identidad, Igualdad de diferencias.

Introdução

Em tempos atuais, já não é possível vivermos sem reconhecermos que a diversidade é parte da constituição das sociedades e que o conhecimento e o diálogo com essa diversidade são o caminho viável para a vivência intercultural nas sociedades. O conhecimento e a tolerância, embora sejam parte do processo de vivência intercultural, não se esgotam em si mesmos. Assim, torna-se necessário e urgente que a percepção dessas diversidades e diferenças não se restrinjam a tais processos, mas que possam ir além, garantindo o diálogo baseado em ciência, justiça e igualdade. É nesse sentido que o presente artigo se apresenta com o objetivo de abordar o conceito de identidade e sua construção dentro da diversidade de ser, estar e se movimentar no mundo, relacionando com o conceito de interculturalidade e as suas vicissitudes em diálogo com a igualdade de diferenças.

É por meio desses conceitos que o artigo dialoga com o recorte de pesquisa sobre as migrações em Angola, especificamente, acerca da presença e vivência de imigrantes e regressados congolezes (Coelho, 2021), imigrantes da Guiné-Conacri e São Tomé e Príncipe, entendendo-as como parte da construção e do diálogo nas sociedades, especificamente em Angola.

De acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2023, do Banco Mundial (2023), cerca de 2,3% da população mundial são migrantes e muitos desses vivem em países de baixo e médio rendimento. Nesse contexto, importa referirmos que, as migrações internas, nesse caso, dentro do continente africano, demonstram a realidade descrita no relatório.

A migração africana tem sido crescente e tem um padrão, que foi identificado nos últimos anos, qual seja, a migração dessa população se apresenta composta majoritariamente por jovens e solteiros e é feita internamente, isto é, dentro do próprio continente africano. A parcela mais restrita de migrantes que buscam oportunidades de emprego fora do continente representa apenas 8,2 % desse grupo, que se destinam à Europa, e 6,6%, ao Oriente Médio (Williams, 2024).

Williams (2004) aponta que a maior parte das migrações nos países africanos são motivadas por conflitos e pela busca de melhores oportunidades econômicas. Os conflitos geram restrições de liberdade, aumentando a repressão, o que impacta no aumento de deslocamentos, inicialmente, ainda de forma interna, das áreas rurais para as urbanas, mas, posteriormente, tendem a uma imigração para outros países e continentes.

Nessa senda, o contexto de Angola é representativo dessa realidade. Estudos têm demonstrado o fluxo migratório existente em Angola em diferentes períodos históricos até a atualidade.

Para a compreensão das migrações em Angola na atualidade, torna-se necessário, embora de forma breve, retomarmos as migrações do Reino do Congo. Angola é um país africano, cuja língua oficial é a língua portuguesa, está situado na África Austral e faz fronteira com cinco países, sendo eles Namíbia, Botswana, Zâmbia, República do Congo e República Democrática do Congo.

As migrações em Angola ou os seus deslocamentos podem ser compreendidos a partir de três períodos distintos. O primeiro refere-se aos deslocamentos forçados e compulsórios no período da escravização de povos e reinos africanos. O segundo refere-se ao período colonial vivenciado no país, antes de 1975. E, finalmente, o terceiro, decorrido após 1975 e compreendido como período pós-colonial, especialmente após os anos de 1990 com o reinício do conflito armado e até os anos de 2002, com o fim da guerra civil (Lopes, 2013; Melo, 2013). Esses períodos ganham destaque por representarem um volume maior de deslocamentos, porém, após 2002, as migrações continuaram em Angola e ganharam destaque as migrações de congolezes ou de retornados.

Os retornados ou regressados são angolanos e congolezes que migraram para a República Democrática do Congo em períodos de intenso conflito armado e regressaram posteriormente para Angola (Lopes, 2013). Africanos de outros países, localizados próximos à Angola, também representam um contingente migratório, como é o caso dos guineenses de Guiné-Conacri e de São Tomé e Príncipe, grupo também abarcado por este estudo.

Assim, no intuito de identificar e compreender os elementos transformadores e os que ainda se apresentam como obstáculo para o processo migratório, por meio da metodologia comunicativa, o artigo dialoga com percepções, vivências e experiências de dez imigrantes desses países na construção intercultural de suas identidades e na possibilidade de uma vivência plural e dialogada entre as culturas e identidades.

O artigo está organizado em cinco seções. Na primeira seção, apresentamos a revisão da literatura, iniciando com as perspectivas da identidade com base em Giddens (2004), Castells (1999), Gomes (2008) e Sen (2015). Em seguida, discorreremos sobre a interculturalidade, desde o seu surgimento até o posicionamento mais crítico (Moya; López e Valiente, 1999; Moya, 1998; Paula, 1999; López, 2009; Ruiz, 2014) em diálogo com a igualdade de diferenças (Flecha, 1995). Na terceira seção, o princípio da igualdade de diferenças é apresentado como possibilidade de convivência respeitosa entre diferentes povos e culturas,

articulando-se com os conceitos de diversidade, identidade e interculturalidade dentro dos movimentos migratórios. Na quarta seção, o artigo dedica-se a abordar a metodologia comunicativa como um meio para o diálogo com a realidade migratória em Angola, especificamente, no que tange aos africanos, ou seja, às migrações dentro do continente. Na seção seguinte, apresentam-se elementos transformadores e elementos dificultadores no/do processo migratório e como tais processos se interseccionam com a diversidade de línguas, culturas, *etc.*, mas também com as identidades e especialmente com a interculturalidade, trazendo elementos como vivências familiares, inserção no mercado de trabalho, saúde e educação. Por fim, tais experiências e vivências culturais, ainda que se revelem como obstáculo no processo, também se apresentam como elementos transformadores que geraram e geram aprendizagens para os migrantes e seus familiares.

1. PERSPECTIVAS DA IDENTIDADE

O conceito de identidade é bastante diverso e vários são os aportes para a sua compreensão, seja no campo da Psicologia, da Antropologia ou da Sociologia. Neste item, busca-se dialogar acerca das implicações da construção identitária em sociedades desiguais e as possibilidades de uma identidade intercultural.

Ao considerarmos a constituição da identidade dos diferentes sujeitos, é importante compreendermos que essa é dinâmica, ocorre na relação com o outro e com o mundo. Autores como Giddens (2004), Castells (1999), Gomes (2008), dentre outros/as, ajudam-nos na compreensão de que se fazer sujeito, seja mulher ou homem, negro, indígena, branco, cigano, africano, *etc.*, implica em uma associação de relações primárias e secundárias que vão ampliando quem nós somos.

Nessa perspectiva, Giddens (2004) destaca a importância da socialização na vida dos sujeitos, pois, por meio dela, aprendem o modo de vida da sociedade na qual vivem, a cultura, os costumes e as crenças. Conforme o autor, a socialização ocorre em duas grandes fases: socialização primária, que ocorre durante a infância, cuja base é a família; e a socialização secundária, na qual o sujeito, pós-primeira infância até a vida adulta, amplia seu espaço de socialização, deixando a família de ser a principal responsável nesse papel; e entrando outros agentes socializadores, como a escola, os grupos de pares, a igreja, o clube, o partido político e o trabalho.

Com base em Giddens (2004), a família e a escola são agentes importantes no processo de constituição da identidade do sujeito, pois, nesses espaços,

a maioria das crianças passa grande parte de suas vidas e aprendem hábitos, costumes, sentimentos, crenças e valores, ou seja, por meio da socialização as pessoas aprendem os papéis sociais a serem desempenhados. Ao encontro desse pensamento, Castells (1999) indica que a construção da identidade se dá com base em um atributo cultural ou com base em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados.

Ao pensarmos a constituição dos diferentes sujeitos, não podemos desconsiderar os aspectos psicológicos, sociais, culturais e históricos que perpassam a construção do eu. Como indica Constantino (2014), a constituição da identidade se faz a partir da cultura, da história e do meio em que vivemos.

Nessa perspectiva, a construção das identidades em sociedades desiguais traz consigo a dificuldade de construção de imagens positivas de si e do outro, causando interações que não estarão voltadas ao diálogo aberto com diferentes culturas a partir do conhecimento dos elementos que as compõem e como podem dialogar com e no interior das culturas.

De fato, as desigualdades tradicionais, como o tratamento desigual de mulheres em sociedades sexistas (e até mesmo a violência contra elas), ou a discriminação contra membros de outros grupos étnicos, sobrevivem graças à aceitação total de crenças aprendidas (inclusive os papéis servis do desfavorecido tradicional). Muitas práticas antigas e identidades hipotéticas desmoronaram em resposta ao questionamento e ao esmiuçamento. Tradições podem mudar mesmo em um país e uma cultura específicos (Sen, 2015: 27).

Como menciona o autor, as desigualdades foram mantidas e alimentadas por décadas, inclusive por meio de teorias, mas isso não define as identidades, mesmo as tradicionais podem mudar a partir do diálogo entre tais crenças e questionamentos da sociedade atual em busca de justiça, igualdade social e direitos.

Assim, a presença de migrantes em diferentes contextos traz consigo os desafios e preocupações da busca pela igualdade de direitos e de igualdade social para que se possa ser quem se é, podendo dialogar com as diferenças no âmbito identitário, porém, sem a interpretação baseada em desigualdade.

As crenças implícitas e deturpadas não apenas são frequentemente tema de piadas racistas e insinuações étnicas como também às vezes emergem como grandes teorias. Quando há uma correlação fortuita entre preconceito cultural e observação social (não importa quão casual), nasce uma teoria, e ela

pode recusar-se a morrer mesmo depois que a correlação acidental desapareceu sem deixar rastro (Sen, 2015: 117).

Nesse sentido, a construção identitária dentro de referenciais culturais pode trazer interconexões que tanto agregam positivamente à construção identitária dialogada e diversa, quanto podem reforçar racismos, discriminações e preconceitos.

Portanto, pensar formas positivas da constituição da identidade dos diferentes sujeitos, em diferentes contextos, torna-se importante, pois, o eu se forma na relação com o outro diferente de mim, e se constitui ao longo da vida. Para tanto, é preciso a valorização de todos os povos e culturas que constituem a formação das sociedades, bem como compreender que não há culturas superiores ou inferiores em relação a outras, e sim formas diferentes de viver no mundo.

Na perspectiva de Sen (2015), a cultura não é a única na determinação da vida das pessoas e de suas identidades, pois outros fatores são importantes nessa construção. O fato de que a cultura é móvel, heterogênea e construída a partir de relações, não representa o resultado de um determinismo cultural. É importante compreendermos que a constituição da identidade é um processo que não se dá no isolamento, mas na relação com os outros e com o mundo ao qual se pertence e em que se formam mulheres e homens de uma dada sociedade.

A heterogeneidade da cultura se assenta na ideia de que há diversidade dentro das culturas, no entanto, a perspectiva que aqui se apresenta é de uma diversidade que une, e não que separa. Conforme Freire (2008) “a luta pela unidade na diversidade, que é obviamente uma luta política, implica a mobilização e a organização das forças culturais em que o corte de classe não pode ser desprezado” (Freire, 2008: 157). Com base no autor, a unidade na diversidade possibilita que as minorias juntas enxerguem as semelhanças entre si e não somente as diferenças, formando uma unidade que supera as desigualdades e promove uma democracia substantiva.

A unidade na diversidade de Freire (2008) dialoga com a ideia de liberdade cultural *versus* a valorização ou conservação cultural que Sen (2015) salienta, mencionando que o multiculturalismo, que se ancora na valorização cultural, priorizando-a, poderá ser uma forma de resolução dessa equação. No entanto, a defesa da multiculturalidade apenas aproxima-se da ideia de valorização cultural, mas necessita dos aportes da vivência da cultura de forma diversa, compondo assim, o que designa de unidade na diversidade.

Nesse contexto, a diversidade de culturas e a convivência em contextos migratórios torna-se um aspecto importante de análise.

Quando uma percepção nebulosa da cultura combina-se com o fatalismo sobre o poder dominador da cultura, pedem-nos, na verdade, que sejamos escravos imaginários de uma força ilusória (Sen, 1995).

Segundo o mesmo autor,

A diversidade pode também desempenhar um papel positivo no aumento da liberdade até mesmo daqueles que não estejam diretamente envolvidos. Por exemplo, uma sociedade culturalmente variada pode levar benefícios a outros na forma de uma ampla variedade de experiências que eles, como consequência, estarão em condições de apreciar (Sen, 2015: 127).

A partir do autor compreendemos que a convivência com mais diversidade ensina as pessoas a serem mais abertas às diferenças e a viver dialogicamente com as diversidades.

Segundo Sen (2015),

Não restam muitas dúvidas de que nossa formação cultural pode exercer uma grande influência sobre nosso comportamento e pensamento. Além disso, a qualidade de vida de que desfrutamos não pode deixar de ser influenciada por nossa formação cultural. Decerto pode influenciar também nosso sentimento de identidade e nossa percepção da filiação a grupos dos quais nos vemos como integrantes. O ceticismo que tenho expressado aqui não se refere ao reconhecimento da importância fundamental da cultura na percepção e no comportamento humano. Refere-se ao modo como a cultura é às vezes vista, de forma bastante arbitrária, como a determinante básica, inexorável e totalmente independente de situações sociais difíceis (Sen, 2015: 124).

Neste sentido, busca-se dialogar com a construção intercultural das identidades em conexão com as culturas, sejam elas de quem emigra ou de quem nasceu naquele país.

2. Interculturalidade na América Latina

Os conceitos, enquanto instrumentos de percepção da realidade, ajudam na compreensão das ações no mundo. A identidade, entendida a partir da vertente da diversidade e da igualdade de diferenças, auxilia na apreensão de que sujeitos e grupos constroem intersubjetivamente suas percepções de si e do mundo. A construção dialogada dessas percepções são entendidas dentro de relações interculturais, na qual, diferentes culturas se inter-relacionam e constroem

sentidos e pertencas, trazendo desafios e diálogos internos e com os pares. Nesse sentido, o conceito de interculturalidade é fundamental para o entendimento das relações entre os sujeitos e o mundo.

O conceito de interculturalidade tem uma construção múltipla, com diferentes aportes de contextos diversos, como o México, Estados Unidos da América e diferentes países da América Latina. No contexto mexicano, Batalla (1996) desenvolve a noção de interculturalidade a partir do estudo da civilização meso-americana, ou seja, a população indígena e sua identidade. No caso dos EUA, a interculturalidade advém do conceito de educação bilíngue, como uma questão que reflete as vivências das populações afroamericana e hispânica.

Na América Latina, a discussão acerca da interculturalidade tem seu impacto a partir da constatação de que as sociedades são multiétnicas e que a preocupação com a educação dos povos indígenas era uma realidade e que seria necessário dar respostas a essa realidade. Nesse âmbito, o contexto da América Latina será aqui privilegiado por construir um conceito que impactará diretamente as construções do conceito no Brasil.

Diferentes estudos apontam os anos de 1980 e 1990 como um importante período em que a interculturalidade ganha espaço de discussão na América Latina tanto do ponto de vista teórico quanto político (Moya, 2009).

A partir da década de 1980, estados e instituições privadas começaram a investir em projetos e programas de educação bilíngue e intercultural para os povos indígenas da América Latina, impulsionados pelos movimentos sociais (Moya; López e Valiente, 1999).

Por conseguinte, diferentes políticas educacionais e sociais relativas aos povos indígenas (em países como a Colômbia, Peru, Brasil, Guatemala, Equador, Bolívia e México), com níveis de participação e de benefícios diferenciados, são implementados e impulsionados nesse período.

Nesse contexto, destacam-se duas etapas no surgimento da interculturalidade: a primeira etapa, em que a educação indígena está voltada para a biculturalidade e o bilinguismo (educação bilíngue assimilacionista, dois sistemas de língua e de cultura, mas uma sendo considerada de maior valor que a outra, estando, assim, baseadas em desigualdade cultural e linguística). Na segunda etapa, a interculturalidade volta-se para o âmbito dos processos educativos, aproximando-se da educação bilíngue, buscando uma educação intercultural bilíngue (Moya, 1998; Paula, 1999).

Em finais do século XX, a interculturalidade avança ao pressupor diálogo, interação cultural e de saberes dentro de uma convivência respeitosa.

Assim, o conceito de interculturalidade torna-se polissêmico e desenvolve-se a partir do reconhecimento do conceito de multiculturalidade, em que se reconhece a diversidade humana, a partir de duas perspectivas específicas, segundo Ruiz (2014), a interculturalidade funcional e a interculturalidade crítica.

A interculturalidade funcional apoia-se nos princípios neoliberais e enfatiza a necessidade de diálogo e de reconhecimento, no entanto, não aborda as desigualdades sociais, econômicas e de direitos dos povos desprestigiados socialmente. Já a interculturalidade crítica vem destacar as etnias e culturas, priorizando a sua valorização e manutenção e, ao mesmo tempo, há espaço para o olhar crítico, no que tange à construção identitária e cultural (plural) com foco nas desigualdades de classe, condições econômicas, de direitos e de justiça social (Ruiz, 2014).

A polissemia do conceito de interculturalidade se expande por toda América Latina, trazendo diferentes aportes para a sua compreensão, desde o seu entendimento mais tradicional, passando pelas teorias de contraponto ao colonialismo (pós-coloniais) em alguns países latinos, até as perspectivas que apontam a necessidade de reconstrução do conceito pensando também a sua metodologia (decoloniais) dentro do quadro das investigações científicas e sua atuação em contextos que ultrapassem o educacional (Moya; López e Valiente, 1999; López, 2009; Walsh, 2005).

Os estudos pós-coloniais ganham destaque não apenas na América Latina, mas também na Europa, trazendo aportes das teorias decoloniais e teorias pós-coloniais que fortalecem uma vertente específica dos estudos interculturais, como veremos na sequência.

Walsh (2005), em seus estudos sobre a interculturalidade, relaciona quatro conceitos, interculturalidade com identidade, e unidade com o conceito de diversidade, seguindo o suporte teórico de Stuart Hall (1992) e de Homi Bhabha (1994; 1998). Walsh (2005), a partir de Hall (1992), fortalece a ideia de construção da identidade própria como algo que carece de negociação, olhando para as diferenças (culturais, saberes, práticas *etc.*) de forma simétrica. Walsh (2005) busca ainda em Bhabha (1994; 1998) a ideia do intercultural como o terceiro espaço, um lugar de negociação que é fluído, móvel, contraditório e conflituoso, fortalecendo a ideia das identidades fronteiriças e mescladas. Nessa interlocução, a autora afirma que a percepção de unidade deve referir-se a uma construção que responda à diversidade existente, e que não aceite a assimilação da outra cultura e sim uma negociação em que cada cultura mantenha algo de si.

Walsh (2005) afirma que a aproximação dos conceitos de interculturalidade, unidade e diversidade buscam proporcionar uma interação dialógica entre

pertencimento e diferença, inclusão e exclusão, controle e resistência, reconhecimento e hegemonia, o poder e a autoridade cultural que busca impor-se politicamente e socialmente. Ao definir interculturalidade, Walsh (2005) traz a importância da comunicação, da aprendizagem entre culturas a partir do respeito, igualdade, legitimidade mútua, buscando um novo sentido de convivência dessas culturas na sua diferença.

As relações de poder sinalizadas anteriormente se manifestam de diferentes formas, e se destaca a relação com a produção do conhecimento, ou seja, a geopolítica do conhecimento, afirmando-o como relacionado à colonialidade e à modernidade, embebidos de relações hierárquicas de poder (Walsh, 2005).

A construção dos conhecimentos é permeada por história, memória e pelas relações existentes, no entanto, não é determinada por elas, como afirma Sen (2015). Nesse sentido, um certo conhecimento, embora tenha sido produzido em uma região específica, dialoga com diferentes realidades e construções plurais e dinâmicas de compreensão das realidades plurais.

Rojas (2023) sinaliza a relação da interculturalidade crítica com as práticas educativas. No campo educacional, devemos olhar para a interculturalidade como elemento básico do sistema educativo a partir de uma perspectiva de respeito e equidade social, na qual todas as culturas têm o direito de se desenvolver a partir de suas particularidades e diferenças (Walsh, 2005).

No âmbito da produção científica na América Latina, ao longo dos tempos, o foco tem recaído sobre a análise da educação bilíngue, bicultural, etnoeducação voltada para a população indígena e afrodescendente (Rojas, 2023).

É nesse ponto, a partir das particularidades e diferenças, que a interculturalidade sozinha não é suficiente para dar subsídios à complexa realidade educativa das escolas nos mais diferentes contextos, devido às suas diversidades e, principalmente, aos movimentos migratórios.

Da mesma forma, os aportes de Bhabha (1994; 1998), Hall (1992) e Walsh (2005), embora relacionem igualdade, diversidade e diálogo, ancoram-se nas relações sociais, educacionais e de produção de conhecimento baseadas no poder, assim, deixam de considerar, dentro da vertente dos estudos interculturais, da identidade intercultural e da igualdade de diferenças, as possibilidades de diálogo baseado em igualdade, assim como a transformação social e educativa.

Assim, embora a perspectiva crítica da interculturalidade (Moya, López e Valiente, 1999) aponte caminhos para a vivência dialogada no espaço educativo, apenas com a intersecção entre interculturalidade, igualdade de diferenças e unidade na diversidade como elemento de análise é possível avançar na reflexão

que pretendemos. O conceito de interculturalidade é potente na medida em que reconhece a diversidade e ressalta a necessidade de diálogo na diversidade.

A interseccionalidade entre identidade, interculturalidade e igualdade de diferenças ajuda a compreender as relações que se constroem em contextos migratórios, pois possibilita a análise sob um olhar diverso, plural e interseccionado do que é pertencer e não pertencer; e a relação entre cultura e língua.

3. A igualdade de diferenças

A partir da necessidade de transformação de realidades educativas e sociais, a Comunidade de Pesquisa em Excelência para Todos (CREA) da Universidade de Barcelona desenvolveu sete princípios que constituem a aprendizagem dialógica e ela entende que, dentro da discussão das Teorias Duais de compreensão da sociedade, é possível a transformação. Embora os princípios estejam articulados, destaca-se, para o presente artigo, apenas o sétimo princípio, “igualdade de diferenças”, por compreendermos que auxilia diretamente na compreensão de um olhar para as migrações.

Segundo Mello, Braga e Gabassa (2012),

O princípio de *igualdade de diferenças*, constitutivo da *aprendizagem dialógica*, articula a busca de igualdade na garantia de direitos e proteção social a todos os grupos e pessoas, com o igual direito a ser diferente, ou seja, proteção social sem homogeneização cultural e sem formatação dos percursos e escolhas pessoais (Mello; Braga e Gabassa, 2012: 74, grifos dos autores).

Nessa perspectiva, o princípio da igualdade de diferenças compreende o igual direito que todas as pessoas têm de serem diferentes e terem as suas diferenças respeitadas, ou seja, mais do que respeitar o direito do outro, significa conviver de forma respeitosa entre todas as pessoas independentemente de suas escolhas.

Com base em Freire (2005), o respeito à identidade cultural do outro não significa impor uma forma de ser cultural, ou ainda, negar o outro, mas, ter respeito pelo outro diferente de mim – e o estar com os outros possibilita enriquecimento das aprendizagens entre os diferentes.

Nesse contexto, as migrações são compreendidas na sua diversidade de línguas, saberes, hábitos, costumes e no diálogo com a cultura do país de acolhida, segundo uma perspectiva de que as diferenças existem, mas não são entendidas de forma desigual.

A perspectiva do diálogo entre as diferenças no seu interior faz parte da igualdade de diferenças em que a diversidade das culturas é posta em posição de diálogo com as diferentes línguas, tradições, modos de aprender, ser e estar.

Como apontam Botton, Puigvert e Taleb (2008: 147, tradução nossa), “o diálogo entre diferentes formas de vida, culturas, *etc.*, deve estar comprometido com a igualdade e baseado na solidariedade”. Para as autoras, o convívio respeitoso entre as diferenças é possível a partir do diálogo sem imposições e com acordos consensuais sobre normas e valores.

Nesse sentido, o princípio da igualdade de diferenças supera as perspectivas que aceitam as diferenças a partir da tolerância, mas que de fato não buscam o convívio entre os diferentes. A igualdade de diferenças é o estar com o outro diferente de mim e não negá-lo por ser diferente; é compreender que a diversidade é sinônimo de diferentes aprendizagens. Nessa perspectiva, busca-se o convívio coletivo entre todas as pessoas, a expressão das diferenças, aprender coletivamente e lutar pelo reconhecimento em plano de igualdade das diferentes culturas por meio da comunicação e do diálogo intersubjetivo (Elboj *et al.*, 2009).

A presença de migrantes na perspectiva aqui apresentada é considerada a partir da valorização de todas as histórias e culturas como parte constituinte da formação das diferentes sociedades e que podem proporcionar uma riqueza de diálogos, permanências, mas também transformações para todas as culturas envolvidas.

4. Metodologia comunicativa e a compreensão das vivências de imigrantes africanos em Angola

A metodologia comunicativa apresenta-se como uma importante ferramenta para a compreensão dos fenômenos sociais e educativos (Gómez e Diez-Palmar, 2009) e na presente pesquisa cria possibilidades de compreensão das nuances dos processos de migração de africanos para Angola, com a inclusão das vozes dos participantes e o diálogo com eles para a construção de sentido e de significados das vivências e das possibilidades futuras. De acordo com Gómez, Latorre, Sánchez e Flecha (2006), a perspectiva metodológica comunicativa tem sido desenvolvida na Universidade de Barcelona pela Comunidade de Pesquisa de Excelência para Todos (CREA) e compreende o diálogo entre participantes e pesquisadores em processo de construção da pesquisa de forma a

garantir a igualdade, a construção de resultados partilhados entre comunidade acadêmica e participantes.

A recolha dos dados foi realizada em Luanda, Angola, nos anos de 2021 e 2022, com o objetivo de compreender as vivências culturais, educativas e suas inserções na sociedade angolana. Os dez participantes da pesquisa são imigrantes e regressados da República Democrática do Congo (RDC), imigrantes da Guiné-Conacri e de São Tomé e Príncipe que foram selecionados a partir de redes de contato iniciadas por aproximação ou indicação dos próprios participantes. Do total de participantes, cinco identificam como local de nascimento a RDC e se consideram retornados; um participante nasceu em Angola e também se considera retornado; um outro nasceu na Guiné-Conacri e dois outros, em São Tomé e Príncipe. Quanto ao sexo, somente duas participantes eram do sexo feminino e 8 pessoas eram do sexo masculino, com idades entre 30 e 50 anos.

Foram realizados dez relatos comunicativos com os participantes na busca de diálogos e construção de compreensão da realidade vivenciada por eles e elas, identificando os elementos transformadores e os elementos que ainda se apresentavam como obstáculo para a transformação de suas vidas e do entorno. Tais relatos decorreram em 4 etapas, que foram realizadas em diferentes momentos no decorrer dos dois anos de recolha de dados, permitindo uma recolha de dados aprofundada. Os dados recolhidos foram gravados em áudio e, para o caso de falantes de português, foram transcritas, e para o caso de um dos participantes, que era falante de francês, a entrevista foi transcrita na língua original do áudio, depois traduzida.

Os dados recolhidos apresentaram elementos transformadores e sinalizaram obstáculos referente às vivências e diálogos sobre ser imigrante ou regressado em Angola, as vivências educativas experienciadas no país de moradia inicial e no de migração, a facilidade ou dificuldade de inserção no mercado de trabalho e as vivências culturais, étnicas, identitárias e linguísticas no país de origem ou saída e no país de migração ou chegada.

5. Migrações em Angola: um olhar interseccional a partir da identidade, interculturalidade e igualdade de diferenças

É no quadro da interculturalidade e da igualdade de diferenças que as migrações podem ser compreendidas numa perspectiva de diálogo a partir das diferentes identidades e culturas que se colocam em contato e que, por um lado podem trazer tensões, mas por outro, poderá trazer aprendizagens e vivências plurais baseadas na justiça e na igualdade.

No que tange às migrações em Angola, como apresentado anteriormente, a RDC representa o maior fluxo migratório voluntário e involuntário. De acordo com Lopes (2016), os dados de 2007 do Serviços de Migração e Estrangeiros de Angola (SME) indicavam que os refugiados da RDC eram 11.429 e os requerentes de asilo, 761, enquanto os refugiados da Guiné Conacri totalizavam 106 e havia apenas 4 pedidos de asilo.

No caso de São Tomé e Príncipe, em 2020, registou-se um fluxo migratório de 17,3% da população migrante com destino à Angola (Migrants refugees, 2022). Muitos são os motivos para a saída dos países – ao mencionar as vivências e diálogos como imigrantes ou retornados em Angola, esses migrantes destacaram como fatores que se apresentaram como obstáculo e impulsionaram a saída do país de origem/acolhida, no caso de regressados: a guerra e os conflitos armados, por estes interferirem na condução da vida e dos seus planos, trazendo incertezas para toda a família; e as condições econômicas no país de origem/saída, pois, embora estivessem inseridos no mercado de trabalho, necessitavam de melhores condições de emprego e de vida.

Como fatores que se apresentaram como transformadores durante o processo de vinda e a própria decisão de imigrar, estão a facilidade de manutenção do vínculo familiar após a imigração e a facilidade de retorno/regresso ou ida para Angola, conforme apontam 9 dos 10 participantes.

A partir dos relatos e das análises, na senda dos elementos transformadores, no âmbito da inserção social e na busca pela coesão social a partir da participação dos migrantes na construção dialogada com a cultura do país de chegada, os resultados da pesquisa apontaram a facilidade da inserção de filhos e descendentes dos migrantes ou regressados como um elemento-base no que se refere à integração social no país de acolhida.

Cajamba nos diz que seus filhos pertencem à Angola, se reveem na cultura angolana e que eles podem até conhecer mais profundamente a cultura da RDC, pois, conhecer outras culturas abrirá portas, assim como manter as três línguas (português, francês e lingala), mas se consideram culturalmente angolanos (relato comunicativo, em 2021).

No âmbito do diálogo com a diversidade, sob a ótica da interculturalidade interseccionada com a igualdade de diferenças, os participantes mencionam a proximidade entre as culturas da RDC e de Angola, considerando que historicamente, ambos países fizeram parte do Reino do

Congo. Ao buscarem adaptar-se à cultura do país de acolhida no diálogo e interculturalidade, os participantes demonstraram aspectos que foram facilitadores, mas também aspectos que dificultaram o processo, considerando especificidades das duas culturas. Para as participantes de São Tomé e Príncipe, as diferenças entre as culturas de Angola e São Tomé foram ressaltadas.

A língua que foi considerada fator dificultador no processo de inserção; por vezes, foi apontada como facilitadora, principalmente, quando se refere ao lingala como língua materna de grupos étnicos em Angola e na RDC, que aproxima os povos, essencialmente, congolese e angolanos do Norte de Angola, por possuírem a mesma língua materna.

A construção da identidade articulada com o sentimento de pertença e não pertença estiveram presentes como elementos facilitadores e ao mesmo tempo dificultadores. Enquanto identificar-se como congolês na RDC constitui elemento dificultador, pois não eram considerados como tal, e sim como angolanos, em Angola não eram reconhecidos como angolanos:

[...] nós tínhamos os pais que eram angolanos [...] ali [RDC] também é outra situação, nós vivemos uma vida que tinha alguma discriminação, não podia mostrar que és de nacionalidade angolana [...] para não sofrer discriminação, daí que tivemos dificuldade também em termos de língua porque não podíamos usar [...] o português, porque vai falar com quem? Logo vão entender que você é estrangeiro, então tivemos que tentar pelo menos adaptar a situação. Isso são as dificuldades que nós encontramos ali, logo ao regressar encontramos a mesma dificuldade, porque quando você vem aqui [...] a primeira coisa é: 'porque a língua oficial é português, a língua de comunicação é o português e você não tem o domínio disso' e qualquer pessoa que você fala com ele a percepção é que já que não fala o português, então, não é ou não se pode se prevalecter a tua nacionalidade angolana [...] (Relato comunicativo de Otchali, em 2021).

A dualidade nesse sentimento de pertença e não pertença para os participantes congolese ou regressados e o sentimento de não pertença para são tomenses e guineenses, revela-se, também, como um elemento transformador, pois, por um lado, os participantes buscam conhecer a cultura angolana e dialogar com ela, para que possam se sentirem aceitos e por outro, identificam

que seus descendentes estão bem inseridos na cultura do local, revelando uma inserção social e educacional positiva.

Se por um lado, para os migrantes adultos a construção da identidade e a ideia de pertença percorreu caminhos desafiadores, para os seus descendentes, a inserção decorreu de forma menos desafiadora.

Esse processo, que se configura em adaptar-se à cultura do país de acolhida no diálogo e com base na interculturalidade, possibilitou que muitos imigrantes, após alguns anos vivendo em Angola, pudessem aprender a língua, inserirem-se no mercado de trabalho, podendo, assim, vivenciar os diferentes meandros da vida social no país de acolhida.

Nesse processo, os participantes reconhecem a cultura em diálogo identificando momentos em que buscaram conhecer a cultura do país de origem.

Outro aspecto importante acerca da cultura em diálogo interculturalmente é a autoidentificação que migrantes nascidos no exterior têm com a cultura angolana, considerando-se mais angolanos do que estrangeiros – e a situação contrária também existe. Um dos participantes que nasceram em território angolano se identifica com a cultura congoleza e prefere a língua francesa, mesmo tendo aprendido o português.

Nesse processo, pode-se afirmar que a diversidade na forma de se relacionar com a cultura é parte do processo migratório e poderá ser diferente em cada vivência e para cada migrante.

A interculturalidade como possibilidade de compreensão da ideia de pertencer e não pertencer somente é possível quando essa é analisada de forma interseccional com a construção da identidade dentro do campo de referência da igualdade de diferenças. Conforme enfatiza Lukeny (relato comunicativo, em 2021), embora esteja morando em Angola há mais de dez anos, apenas em tempos recentes conseguiu sentir-se parte do contexto, da realidade angolana, por ter passado por diferentes situações em que o identificavam como “não pertencente a” ou “relembavam sempre a todos que ele veio do Congo”. Nota-se que, se, por um lado, morava em Angola por um longo tempo, por outro, não se sentia parte daquela cultura, dos hábitos e costumes, pois as relações com os sujeitos reforçavam, cotidianamente, que ele não pertencia àquele lugar.

Lukeny afirma que, no contexto angolano, criam-se discriminações “[...] enquanto não se domina a língua portuguesa, ninguém vai te ouvir, [dizem] ‘ele não está a falar bem o português’ [...]”, em outras palavras, a fluência na língua do país de acolhida marca o lugar de pertença.

O sentimento de pertença que remete a identidade é um elemento que dialoga diretamente com a construção da identidade de forma dialógica, em que a construção intersubjetiva de quem se é e do que o outro diz ser caminham e dialogam na construção da identidade.

Assim, pertença, identidade, cultura, língua e inserção social e educativa estão em diálogo nas vivências dos participantes. No que se refere às experiências vividas no campo da educação no país de nascimento, vivência e de migração ou retorno, pode-se destacar, primeiramente, como fator dificultador do processo a aprendizagem do idioma – no caso, o português. Como segundo fator, as consequências da dificuldade na aprendizagem da língua, que coloca em questão a formação ou a qualificação do imigrante.

Por outro lado, algumas das vivências entre angolanos e migrantes africanos se apresentaram como transformadoras nesse processo, como podemos perceber na fala de Mateque:

[...] tem que enfrentar mesmo com seriedade. Isso também é benefício pra nós todos, nós, os africanos, somos um continente muito vasto e nós temos que cultivar a nossa cultura de ser africano. Problemas que devemos trabalhar mais, seja na educação, na saúde, nos sectores sociais e todos estes, e fora disso algo que não posso deixar atrás é o tribalismo, mas é uma outra coisa, ‘você são bantu’, como o falecido Dr. Neto tinha dito, de Cabinda ao Cunene somos só um povo, você vai querer falar... aquele outro fala assim, ‘você num sei o quê, fulano, malanjinho de... aquele outro aí’, [...] o separatismo tem que deixar, tem que ser só unido como angolano, como congolês porque africanos somos só um. Angola é um país que tem história séria, é a mãe, o berço da humanidade africana (Relato comunicativo de Mateque, em 2021).

O destaque aqui é dado para as vivências interculturais ressaltadas no diálogo do entrevistado, enfatizando que angolanos precisam se ver como africanos, com uma identidade mais ampla que os une, construindo uma relação mais dialógica com os migrantes africanos.

O terceiro fator dificultador do processo de inserção refere-se à relação entre cultura e língua, em que se nega a identidade angolana do imigrante pela sua não fluência na língua portuguesa, novamente retornando à compreensão da dualidade entre o pertencer e o não pertencer. Tal elemento impacta diretamente na integração social no país de destino ou de retorno, assim dizendo, todos os migrantes ou retornados de países não falantes do português apresentaram

esse fator limitador. Nesse contexto, a vivência entre diferentes povos, como o caso dos migrantes africanos em Angola, possibilitaria uma vivência mais intercultural, pois algumas línguas nacionais são as mesmas, como ressaltado anteriormente, como é o caso da língua lingala. Embora a língua portuguesa opere como fator de distanciamento e obstáculo, o lingala aproxima de forma intercultural, pois ambos os países são pertencentes ao antigo Reino do Congo. A igualdade de diferenças e a interculturalidade interseccionadas, no desenvolvimento da pesquisa e na análise de dados, de forma específica, expressam a possibilidade de diálogo entre migrantes e nacionais.

Segundo Flecha (2015), para os migrantes, a aprendizagem da língua promove a integração dentro da comunidade e permite o acesso às informações, aos serviços de saúde e outros.

A questão do acesso à saúde foi um dos aspectos enfatizados pelos participantes, nesse caso, por um lado, ressaltam que a dificuldade no acesso à saúde não se refere ao fato de serem estrangeiros, mas às restritas condições dos serviços de saúde de Angola, por outro lado, não identificam diferenças nos atendimentos hospitalares no país relacionado ao fato de serem imigrantes ou retornados.

No que se refere ao acesso aos serviços públicos de educação e documentação e aos serviços bancários, os participantes revelaram como elementos dificultadores a burocracia na aquisição de documentação, o que impossibilita a sua rápida obtenção. A demora no acesso aos documentos resultará em acesso restrito a outros serviços, aos direitos e também ao mercado de trabalho. No entanto, contraditoriamente, os participantes identificam como um fator facilitador ou transformador o acesso aos serviços, pois, embora haja burocracia, conseguem o acesso e, assim, solicitar a documentação necessária. Dessa forma, as inserções sociais que abrangem também o acesso aos serviços e acesso aos direitos, bem como a inserção cultural, o diálogo com a diversidade quando se é migrante, apresenta-se de forma dual, em certos momentos, as estruturas se destacam por sua rigidez, mas em outros, o mundo da vida ganha destaque com as transformações sociais, educacionais, culturais e linguísticas que migrantes, descendentes e familiares vão trilhando.

Considerações finais

As experiências e vivências culturais, étnicas, identitárias, linguísticas, educativas e de inserção no mercado de trabalho apresentaram fatores que ainda se revelam como obstáculo, mas também fatores que se apresentaram como

transformadores e que geraram e geram aprendizagens para os migrantes e seus familiares. Enquanto a cultura, língua, identidade geraram situações de xenofobia, de discriminação e de desigualdades, os mesmos processos proporcionaram momentos de aproximação com diferentes vivências, culturas e modos de ser e de estar que fizeram com que pudessem afirmar, após anos de vida no país de acolhida, que aprenderam com a diversidade de cultura, numa relação de interculturalidade e que reconhecem uma inserção bastante positiva de seus descendentes.

Assim, como resultados, podemos identificar que a interculturalidade em diálogo com a igualdade de diferenças contribui para estudos dialógicos sobre as migrações, possibilitando a compreensão da diversidade e da cultura como plurais e parte da riqueza dos países. Nesse sentido, aprofundar nos estudos sobre interculturalidade e migrações abre possibilidades para refletirmos sobre os direitos humanos, a justiça social e a igualdade no âmbito das migrações internacionais, especialmente com relação à xenofobia, a situação dos refugiados e povos de culturas subjugadas.

A identificação do lingala como língua comum entre povos de Angola e da RDC e as relações de diálogos em contextos educativos que são elementos transformadores podem contribuir diretamente para a implementação de políticas públicas que visem dialogar na diversidade por meio da interculturalidade. Também pode contribuir no que se refere à construção de espaços educativos formais e não formais, nos quais a diversidade linguística e as línguas, costumes e tradições em comum possam ser ensinadas e aprendidas dialogicamente.

A análise das migrações com base na interculturalidade em diálogo com a igualdade de diferenças possibilitou compreender fragmentos das vivências de migrantes de Guiné Conacri, São Tomé e Príncipe e República Democrática do Congo para Angola, no entanto, como limite de pesquisa, destaca-se a fraca existência de dados estatísticos sobre as migrações em Angola, especificamente, de países africanos que não a RDC.

Por outro lado, como contribuições no âmbito prático, a atenção à criação de centros especializados em ensino da língua, maior divulgação de informações importantes aos migrantes, como órgãos de apoio, serviços públicos disponíveis poderão melhorar a inserção de migrantes em Angola, o que implica no melhor acesso à informação.

Como implicações políticas, destaca-se que os resultados encontrados possibilitam uma análise sobre as políticas migratórias e as educativas que sejam mais interculturais e possibilitem uma aprendizagem para todos e todas nos diferentes processos educativos. No âmbito das implicações para as pesquisas

futuras, ressalta-se a necessidade, no contexto das migrações no continente africano, o aprofundamento em pesquisas sobre tal fenômeno, do ponto de vista metodológico qualitativo e quantitativo, podendo, assim, contribuir para o desenvolvimento de ações para toda a sociedade angolana em busca da melhoria da inserção social e do maior respeito e diálogo com a diversidade cultural.

Referências

- AMMASSARI, Savina. *Migration and development: new strategic outlooks and practical ways forward – The cases of Angola and Zambia*. IOM. Migration Research Series. MRS, nº 21, 2005. Disponível em: https://www.sarpn.org/documents/do001476/P1824-IOM_Dev_Angola-Zambia_June2005.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.
- BHABHA, Homi. *The Location of Culture*. New York, Routledge, 1994.
- BHABHA, Homi. 1998. O local da cultura. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.
- BATALLA, Guillermo. *México profundo: reclaiming a civilization*. Trad. Philip A. Denny, University of Texas, EUA, 1996.
- BOTTON, Lena de; PUIGVERT, Lidia e TALEB, Fatima. *El velo elegido*. El Roure Editorial, S.A. Barcelona, 2008. 158p.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.
- COELHO, Marciele N. Migrações contemporâneas em Angola: culturas e identidades construídas e reconstruídas. *Cadernos CERU*, v. 32, n. 2, 2021, pp. 60-83. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/193374>. Acesso em: 14 maio 2025.
- CONSTANTINO, Francisca de L. Diálogos e tensões: o olhar de professoras negras e brancas sobre a constituição da identidade negra no contexto escolar. Tese de Doutorado. Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/2341>. Acesso em: 14 maio 2025.
- ELBOJ, Carmen S et al. *Comunidades de Aprendizaje – transformar la educación*. 7ª reimpresión. Barcelona, Graó Editorial, 2009.
- IOM. International Organization for Migration. *World Migration Report – 2020*. IOM, 2019. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.
- FLECHA, Ramón Gómez, Jesús. *Racismo: no gracias*. Ni moderno, ni postmoderno. Barcelona, El Roure, 1995.

- FLECHA, Ramón. *INCLUD-ED Consortium. Successful Educational Actions for Inclusion and Social Cohesion in Europe*. Barcelona, Hipatia Press, SpringerBriefs in Education, 2015. DOI: 10.1007/978-3-319-11176-6.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Tolerância*. Organização e notas Ana Maria Araújo Freire. São Paulo, Editora UNESP, 2004. 329p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 30. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Tradução de Alexandra Figueiredo; Ana Patrícia Duarte Baltazar; Catarina Lorga da Silva; Patrícia Matos e Vasco Gil. Coord. e rev. cient. José Manuel Sobral. Serviço de Educação e Bolsas – Fundação Calouste Gulbenkian, 4. ed., 2004. 725p.
- GÓMEZ, Aitor e DIEZ-PALOMAR, Javier. Metodología comunicativa crítica: transformaciones y cambios en el S. XXI. *Revista Electrónica Teoría de la Educación. Educación y Cultura en la Sociedad de la Información*. v. 10, n. 3, nov., 2009, pp. 103-118. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2010/201014898007.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- GÓMEZ, Jesús; LATORRE, Antonio; SÁNCHEZ, Montse e FLECHA, Ramón. *Metodología comunicativa crítica*. Barcelona, El Roure Editorial, 2006.
- GOMES, Nilma. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008. 376p.
- HALL, Stuart. The Question of Cultural Identity. In: HALL, Stuart; HELD, David e MCGREW, Anthony. (eds.). *Modernity and Its Futures: Understanding Modern Societies*. Milton Keynes. Cambridge, Open University Press, 1992.
- LOPES, Anibal. Migrações em Angola: preocupações acerca dos fluxos migratórios. Universidade de Évora. Dissertação de mestrado. Relações Internacionais e Estudos Europeus, Universidade de Évora, 2016. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/17558>. Acesso em: 14 maio 2025.
- LOPES, Carlos. *Tema de Reflexão: o Impacto da Migração para o Desenvolvimento, Desafios e Oportunidades para Angola*. Agenda Global de Desenvolvimento pós 2015. IOM. Organização Internacional para as Migrações, 2013. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/tema-de-reflexao-o-impacto-da-migracao-para-o-desenvolvimento-desafios-e-oportunidades-para>. Acesso em: 14 maio 2025.
- LÓPEZ, Luis Enrique. Interculturalidad, educación y política en América Latina: perspectivas desde Sur pistas para una investigación comprometida y dialogal. In: LÓPEZ, Luiz Enrique. (edit.). *Interculturalidad, educación y ciudadanía: perspectivas latino-americanas*. Bolívia, FUNPROEIB Andes, Plural Editores, 2009. pp. 129-218.

- MELO, André. *Retorno a uma vida melhor: A integração dos ex-refugiados angolanos após o seu regresso a Angola*. Bruxelas, IOM, ACP, Observatory on Migration, 2013. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/regresso-uma-vida-melhor-integracao-dos-ex-refugiados-angolanos-apos-o-seu-regresso-angola>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- MELLO, Roseli; BRAGA, Fabiana e GABASSA, Vanessa. *Comunidades de Aprendizagem – outra escola é possível*. São Carlos, EdUFSCar, 2012. 176 p.
- MIGRANTS REFUGGEES, *Migration Profile*. São Tomé and Príncipe. Comissão Episcopal da Pastoral para os Migrantes e Itinerantes de Angola e São Tomé (CEPAMI). dez., 2022 Disponível em: <https://migrants-refugees.va/it/wp-content/uploads/sites/3/2023/02/2022-CP-Sao-Tome-and-Principe-.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- MOYA, Ruth. Reformas educativas e interculturalidad em América Latina. *Revista Iberoamericana de Educación: educación, lenguas, culturas*. n. 17, 1998. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1105>. Acesso em: 19 maio 2025.
- MOYA, Ruth. La interculturalidad para todos en América Latina. In: LÓPEZ, Luis Enrique. *Interculturalidad, educación y ciudadanía: perspectivas latino-americanas*. Bolívia, FUNPROEIB Andes, Plural Editores, 2009, pp. 21-56. Disponível em: http://bvvirtual.proeibandes.org/bvvirtual/docs/inter_edu_cuidadania.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.
- MOYA, Ruth; LÓPEZ, Luis Enrique e VALIENTE, Teresa. (coords.). Interculturalidad y Educación: diálogo para la democracia en América Latina. *Coleção Pueblos Indígenas y Educación*. n. 45-46. Número Especial, 1999. (Apresentação). Disponível em: https://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1242&context=abya_yala. Acesso em: 10 mar. 2024.
- PAULA, Eunice Dias de. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. *Cadernos Cedes*, ano XIX, n. 49, 1999, pp. 76-91. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v19n49/ao7v1949.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- ROJAS, Andrea Paola Calderón. Interculturalidad y educación intercultural desde la diversidad conceptual académica en Latino América. *Educ@ción en Contexto*. v. IX, n. 18, jul.-dez., 2023.
- RUIZ, Aleida A. *Interculturalidad: concepto, alcances y derecho*. Ediciones Mesa Directiva de la Cámara de Diputados del Congreso de la Unión, n. 66, Col. El Parque, México, 2014.
- SEN, Amartya. *Inequality Re-examined*. Massachusetts, Harvard University Press, 1995.
- SEN, Amartya. Identidade e violência: a ilusão do destino. Tradução José Antonio Arantes. 1. ed. São Paulo, Iluminuras, Itaú Cultural, 2015. 208 p.
- THE WORLD BANK. *Migrants, refugees and societies*. World Development Report 2023.

Washington, World Bank, 2023. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstreams/18158725-499e-4600-814c-odoc956aa2a1/download>. Acesso em: 14 maio 2025.

WALSH, Catherine. *La interculturalidad en la educación*. UNICEF; Ministerio de Educación. Lima, Peru, 2005.

WILLIAMS, Wendy. *Africa Center for Strategic Studies, African Migration Trends to Watch in 2024*. Infográfico, jan., 2024. Disponível em: <https://africacenter.org/special/african-migration-trends-to-watch-in-2024/#:~:text=African%20migration%20continues%20to%20experience,migrants%20over%20the%20past%20year>. Acesso em: 11 mar. 2024.

Data de recebimento: 26 de agosto de 2024

Data de aceite: 07 de janeiro de 2025

Como citar este artigo:

COELHO, Marcele Nazaré; CONSTANTINO, Francisca de Lima. Identidade, interculturalidade e igualdade de diferenças: um olhar a partir das migrações em Angola. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-24, e151363, 2025. Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1363>